



REPÚBLICA PORTUGUESA

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS, PATRIMÓNIO
E CARGOS SOCIAIS DOS TITULARES
DE CARGOS POLÍTICOS E EQUIPARADOS

Modelo Único

CARGO (artigo 4.º da Lei n.º 4/83, de 2 de abril, na redação da Lei n.º 25/95, de 18 de agosto e da Lei n.º 38/10, de 2 de setembro)

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PENALVA DO CASTELO

FACTO DETERMINANTE DA DECLARAÇÃO (artigos 1.º e 2.º, n.ºs 1 e 3, da Lei n.º 4/83, na redação da Lei n.º 25/95, de 18 de agosto e da Lei n.º 38/10, de 2 de setembro):

Início de funções em _____

Cessação de funções em _____

Atualização em 20-10-2017

(Indicar apenas a data do facto que determina a apresentação da declaração)

IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE

Nome completo FRANCISCO LOPES DE CARVALHO

Endereço (rua, número e andar) RUA S. SEBASTIÃO, N.º 8

Localidade SALGUEIRO

Código postal 3550-165 PENALVA DO CASTELO telefone (232) 641 856

Freguesia INSUA Concelho PENALVA DO CASTELO

~~Câmara de Comércio~~ Bilhete de identidade n.º 0570 6159 Arquivo de VÁLIDO até 07-11-2018

Número fiscal de contribuinte 162 853 300 Sexo MASC.

Natural de INSUA Nascido em 15/07/59

Profissão principal FUNCIONÁRIO DA AUTORIDADE DE TRIBUTÁRIA

Estado civil (se casado, indicar o nome completo do cônjuge e o regime de bens) CASADO no RE-

GIME DE COMUNHÃO DE ADQUIRIDOS COM MARIA ALICE CARVALHO

ALMEIDA LOPES DE CARVALHO



Modo de apresentação da declaração (a) Enviada pelo Correio
Verificação da identidade do declarante e/ou do apresentante (b)

RECIBO

Declaro que recebi a presente declaração em duplicado, o qual devolvo com a presente nota de recebimento.

Tribunal Constitucional 22 de dez. de 2017



(a) Entregue pelo próprio ou por representante ou enviada pelo correio.

(b) Se necessário, anotando-se então o modo (nomeadamente o documento) utilizado para verificação. Tratando-se da verificação da identidade do apresentante, anotar-se-ão o respetivo nome, residência e documento de identificação.

Artigo 14.º do Decreto Regulamentar n.º 1/2000, de 9 de março:

- 1 - As declarações de rendimentos, património e cargos sociais dos titulares de cargos políticos e equiparados são apresentadas em duplicado na Secretaria do Tribunal Constitucional, podendo ser entregues pessoalmente pelo obrigado à sua apresentação, ou por pessoa que o represente, ou ainda enviadas pelo correio, sob registo.
- 2 - Em caso de dúvida, a Secretaria do Tribunal Constitucional pode solicitar a aprovação da autoria da declaração ou a identificação do apresentante, o que pode ser feito por qualquer meio adequado e legalmente admitido para o efeito, designadamente pela apresentação e conferência do correspondente documento de identificação.
- 3 - A Secretaria do Tribunal Constitucional devolve ao declarante o duplicado da declaração, apondo no mesmo nota de recibo.